



Campos nos estudos organizacionais: abordagens relacionais?

Fields in organization studies: relational approaches?

Silvio Eduardo Alvarez Candido¹
Mauro Rocha Côrtes¹
Oswaldo Mário Serra Truzzi¹
Mário Sacomano Neto¹

Resumo: Este artigo analisa como diferentes perspectivas teóricas da análise organizacional se apropriam da noção de “campo”. Tomam-se como referência as bases filosóficas e as propostas que motivaram a utilização desse conceito pelas ciências sociais, associando-o a uma abordagem relacional específica, que é ilustrada pela sociologia de Pierre Bourdieu. Com base na identificação da gênese e atentando especificamente para o formato dos conceitos científicos dessa abordagem, as ferramentas teóricas do institucionalismo sociológico na análise organizacional e da abordagem dos Campos de Ação Estratégica são discutidas. Conclui-se que a superação de limitações comumente associadas ao neoinstitucionalismo passa pela reconfiguração de suas ferramentas conceituais. Aponta-se, particularmente, a relevância da adoção de um conceito de campo mais amplo, flexível e articulado com conceitos relacionais de agência e de poder.

Palavras-chave: Teoria das organizações; Institucionalismo; Poder nas organizações; Dinâmica organizacional.

Abstract: *This paper analyzes how different approaches of organizational analysis use the notion of ‘field’. The philosophical grounds and proposals that motivated the usage of this concept in the social sciences, associated to a specific relational approach illustrated by the sociological approach of Bourdieu, are taken as a reference. Identifying the genesis and paying particular attention to the configuration of scientific concepts in this approach, theoretical tools of sociological institutionalism in organizational analysis and the strategic action field approach are discussed. The paper concludes that overcoming limitations commonly associated to neoinstitutionalism involves reconfiguring its conceptual tools. A broader and more flexible concept of field, intrinsically articulated with conceptions of action and power, is considered to be particularly relevant.*

Keywords: *Organization theory; Institutionalism; Power in organizations; Organizational dynamics.*

1 Introdução

Nas últimas décadas, com a retomada do institucionalismo sociológico, o uso do conceito de campo se difundiu e tem despertado crescente interesse nos estudos organizacionais. O termo tem sido usado por autores que enfatizam o caráter socialmente construído do que até então era denominado “ambiente” das organizações. Como mostram Machado-da-Silva et al. (2006), nesse processo relativamente rápido de difusão, o conceito foi apropriado de formas diversas por autores, o que faz com que o termo adquira um caráter polissêmico, mediando disputas teóricas muitas vezes implícitas.

Levando em conta que o uso do conceito não se restringe à sociologia das organizações, o resgate de sua gênese e a comparação dos seus usos com o de outras vertentes do pensamento das ciências sociais

pode contribuir para um aprofundamento dos debates acerca de sua utilidade. Analisando o histórico do conceito nas ciências sociais, verifica-se que seu uso está associado a bases filosóficas relativamente coerentes, derivando, em grande medida, da filosofia dos conceitos científicos desenvolvida por Ernst Cassirer (2004). Foi com base no trabalho de Cassirer e buscando formatar os conceitos científicos de forma relacional que Kurt Lewin propôs a primeira teoria de campos, na sua psicologia social. Na sociologia, autores como Karl Mannheim, Walter Couto, Milton Yinger, Harold Mey, Quincy Wright, Friedrich Fürstenberg, Norbert Elias e Pierre Bourdieu também foram influenciados pelos trabalhos de Cassirer (Martin, 2003), um dos precursores de uma das vertentes do que hoje tem sido chamado de sociologia relacional (Emirbayer, 1997).

¹ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Rod. Washington Luís, Km 235, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil, e-mail: seacandido@ufscar.br; mauro@dep.ufscar.br; truzzi@ufscar.br; msacomano@ufscar.br

Recebido em Mar. 7, 2016 - Aceito em Set. 7, 2016

Suporte financeiro: CAPES (99999.014957/2013-02) e FAPESP (2012/23317-7).

Neste ensaio, analisa-se como duas influentes perspectivas dos estudos organizacionais se apropriam da noção de campo, avaliando-se seu alinhamento com as propostas das abordagens relacionais. Inicialmente, realiza-se um breve resgate da filosofia dos conceitos científicos de Cassirer e da apropriação do conceito de campo, originário das ciências físicas, pelas ciências sociais. A fim de ilustrar como essa abordagem toma forma, apresenta-se a abordagem sociológica desenvolvida por Pierre Bourdieu, que se destaca pela sua influência nas ciências sociais contemporâneas e por seu comprometimento com as propostas de Cassirer. Em seguida, analisa-se como as ferramentas teóricas utilizadas por adeptos do institucionalismo sociológico e pela abordagem dos Campos de Ação Estratégica (Fligstein & McAdam, 2012) se apropriam dos princípios filosóficos que incentivaram o uso do conceito de campo nas ciências sociais, o que é feito por meio de uma comparação sistemática com a abordagem de Bourdieu.

2 Origens das abordagens relacionais

A fim de retomar as origens do que se denomina aqui de abordagens relacionais, resgata-se a gênese do conceito de campo nas ciências sociais, associando-o à filosofia da ciência de Ernst Cassirer. Em seguida, para ilustrar como uma abordagem sociológica baseada nesses preceitos filosóficos pode se configurar, apresenta-se brevemente a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu.

2.1 A filosofia dos conceitos científicos de Cassirer e a noção de campo

A apropriação do conceito de campo nas ciências sociais está associada à filosofia dos conceitos científicos desenvolvida pelo filósofo neokantiano Ernst Cassirer (Cassirer, 2004; Vandenberghe, 1999). Cassirer (2001) considerava o homem como um animal simbólico e considerava que a ciência, como toda atividade humana, é mediada por conceitos. Nas abordagens positivistas de ciência, essa mediação se dá pelo que ele chama de conceitos substanciais, que constituem formas de classificação similares às adotadas na linguagem do senso comum e baseadas na teoria do conceito aristotélica. Trata-se de uma forma de elaborar conceitos que subsumem ideias mais específicas e concretas em outras mais gerais e abstratas, isolando elementos qualitativos comuns por meio do processo de abstração. Nessas formas de classificação hierárquicas, a função de um conceito teórico consiste em isolar substâncias e agrupá-las em classes, de forma a representar a realidade como uma multiplicidade discreta de coisas existentes (Vandenberghe, 2001; Emirbayer, 1997).

Cassirer notou que o formato dos conceitos científicos utilizados na matemática e nas ciências naturais modernas rompia com a teoria aristotélica

do conceito. Ao invés de priorizar a substância dos fenômenos, a teoria, em algumas vertentes das ciências exatas e naturais modernas, passou a enfatizar as relações entre eles, com os estudiosos engajando-se em gerar conceitos que representariam a realidade ao serem inter-relacionados na prática de pesquisa, gerando uma representação generativa e sintética da realidade.

O próprio Cassirer e diversos outros cientistas sociais perceberam que essa forma de conceber a teoria possibilitava um rompimento com a visão positivista e empirista, o que fazia com que fosse particularmente útil nas ciências sociais. Isso porque a teorização com foco na substância tende a pressupor, em grande medida, os fenômenos sociais que busca explicar, gerando uma enorme quantidade de formas de classificação que escondem as características dos particulares e tendem a gerar conceitos demasiadamente gerais, que pressupõem a própria realidade que buscam desvendar. Isso impede que o cientista social rompa com o senso comum, limitando-se a descrever o que é visível (*doxa*), sem apreender pressupostos e estruturas generativas que dão base ao conhecimento (*episteme*). O estudo científico das dinâmicas sociais dependeria, assim, da constituição de um conjunto de conceitos intrinsecamente relacionados e elaborados com base em fatos sociais, que operariam como ferramentas teóricas a serem usadas na pesquisa empírica e que pudessem ser progressivamente refinadas.

Um dos primeiros autores a utilizar essa abordagem nas ciências humanas e sociais foi Kurt Lewin (1965), que foi aluno de Cassirer e também foi influenciado pela filosofia alemã da *Gestalt* e pela ideia de Einstein de campo espacial como uma totalidade de fatos coexistentes que são concebidos como mutuamente interdependentes (Rummel, 1975; Martin, 2003). Em sua visão

[...] em minha visão, não é possível ligar diferentes problemas envolvidos na psicologia social de maneira adequada usando conceitos classificatórios como os que Lineu usou para a botânica. Ao invés disso, a psicologia social deverá usar um arcabouço de 'constructos'. Esses constructos não expressam similaridade 'fenotípicas', mas sim propriedades dinâmicas – propriedades definidas como 'tipos de reações' ou 'tipos de influências'. Em outras palavras, esses construtos representam certos tipos de interdependências. A transição de conceitos fenotípicos para constructos dinâmicos (genéticos, condicionalmente-reativos) baseados na interdependência é, em minha visão, um dos pré-requisitos mais importantes para qualquer ciência que deseja responder questões de relações de causalidade. A psicologia está em processo de transição para esse tipo de conceito. A psicologia social e também a sociologia, deverão definitivamente seguir essa direção. É verdade que essa transição só pode ser feita quando houver uma quantidade suficiente de 'fatos' fenotípicos reunido e o trabalho classificatório tenha sido feito (Lewin, 1939, p. 884, tradução nossa).

Lewin criou a primeira teoria de campos fora do universo da física buscando evitar teorizações rígidas e generalizações teóricas excessivamente amplas e abstratas. Em sua abordagem, conceitos como o de campo ou espaço vital, necessidades, deslocamentos, valências, barreiras, tensão e ação foram concebidos de forma relacional, não podendo ser compreendidos e utilizados isoladamente (Lewin, 1965; Rummel, 1975). Isso está alinhado com a busca de compreender o comportamento dos indivíduos de forma interdependente e dinâmica na psicologia social.

A aplicação do conceito de campo simboliza o projeto de transladar essa forma de teorização das ciências exatas para as sociais, uma vez que, na física, a ideia de campo é notoriamente relacional (Martin, 2003). Não podendo ser compreendido de forma isolada, o conceito é particularmente útil para compor uma compreensão relacional das estruturas sociais (Vandenberghe, 2001).

Martin (2003) identifica algumas características que tornaram as teorias de campo atrativas para cientistas sociais comprometidos com essa concepção de estrutura. Um primeiro aspecto é que se busca explicar as mudanças no estado de alguns elementos sem recorrer a mudanças em outros como suas causas, o que implica em um rompimento com o modelo explicativo do mecanicismo. Ao invés disso, refere-se à característica do campo e da posição ocupada pelo elemento sob sua influência.

Outro ponto é que as mudanças no estado de um campo envolvem interações entre os estados existentes de elementos com atributos particulares que os fazem suscetíveis aos seus efeitos e que “[...] a ‘força’ que atinge um objeto em um campo é função do efeito de campo e de algumas características do próprio objeto [...]” (Martin, 2003, p. 7, tradução nossa). Na sociologia, isso implica assumir que os efeitos do campo são sentidos apenas por indivíduos que estão socializados em uma determinada esfera e que os atributos dos indivíduos ou organizações que compõem o campo importam, sendo vetores de sua transformação.

Ao mesmo tempo que esse efeito é gerado pelos componentes, o potencial de força está no campo, que media as relações de força entre os elementos que o compõem. Os campos, portanto, explicam a transmissão de forças em casos em que a forma de explicação alternativa envolveria a ação à distância. Eles não podem ser mensurados por si mesmos e sua existência só pode ser comprovada pelos seus efeitos, que organizam o espaço de forma diferencial. Nas ciências sociais, o conceito consiste em uma forma de explicar as regularidades verificadas, o que é comumente denominado de estrutura social.

Martin (2003) argumenta ainda que essa abordagem possui aspectos similares tanto ao mecanicismo,

como ao funcionalismo, mas resulta em uma forma de explicar que é muito distinta dessas abordagens. Como no mecanicismo, foca-se a compreensão da realidade concreta, respeitando-se as especificidades dos casos estudados. Por outro lado, rejeita-se que as explicações dos fenômenos sociais sejam fundamentadas em encadeamentos causais, já que esses demandam a adoção de pressupostos mais ou menos explícitos sobre a “natureza humana”, o que é sempre complicado e potencialmente perigoso.

Como no funcionalismo, tais abordagens buscam a compreensão dos fenômenos sociais em termos dos padrões globais. Esses padrões, entretanto, são vistos como construções que só podem ser compreendidas empiricamente e não com base na especificação de uma função definida em relação ao ambiente. Assim, enquanto um sistema só pode ser compreendido em contraposição a seu ambiente, um campo pode ser compreendido de forma independente do espaço social mais amplo, o que não significa que sejam totalmente autônomos. Cada campo tem sua própria lógica, regras e regularidades e são elas que definem a própria fronteira do campo, que é socialmente construída.

A fim de ilustrar como essa epistemologia relacional formatou abordagens das ciências sociais, analisa-se, a seguir, uma das mais rigorosas aplicações de seus princípios: a desenvolvida por Pierre Bourdieu. O objetivo da seção subsequente não é o de discutir sua abordagem em toda a sua complexidade, o que demandaria muito mais esforço e fugiria do escopo definido para o trabalho, mas o de evidenciar como a configuração de suas ferramentas teóricas e, particularmente, o uso da noção de campo em sua obra, é coerente com a epistemologia relacional.

2.2 A noção de campo na sociologia relacional de Bourdieu

Filósofo de formação, Bourdieu se baseou nas contribuições de Cassirer (2004) e se inspirou na abordagem desenvolvida por Lewin para propor seu arcabouço teórico para compreender as “estruturas estruturantes” do mundo social. Destacam-se também as influências do “racionalismo aplicado” de Gaston Bachelard, uma forma de combinar racionalismo e realismo a fim de superar o senso comum, e da crítica do fundamento do conhecimento de Blaise Pascal, que faz com que sua abordagem seja marcada por fortes bases empíricas e históricas (Bourdieu et al., 1999; Bourdieu, 2001b). Como mostra Vandenberghe (1999), é dessas bases filosóficas e da busca de transpor o formato de conceitos relacionais das ciências naturais para as sociais de forma não positivista que emerge uma síntese original de clássicos da sociologia (Weber, Marx, Durkheim, Mauss, Elias, Mannheim, Goffman), da fenomenologia (Husserl, Heidegger,

Merleau-Ponty) e da filosofia linguística (Wittgenstein, Austin). Essa síntese, incorporada em conceitos relacionais, pode ser vista como o núcleo de um programa de pesquisa (Lakatos, 1999) buscando dar base para a acumulação de conhecimento nas ciências sociais.

Para gerar uma compreensão relacional da realidade, Bourdieu propõe conceitos caracterizados por sua generalidade e flexibilidade que, ao serem articulados pelos pesquisadores na prática da pesquisa empírica, ajudam o pesquisador a produzir a explicação sociológica. Assim, em grande medida, compreender a perspectiva bourdiesiana é compreender como conceitos generativos como os de campos, *habitus*, capitais, entre outros, se relacionam para facilitar a prática da socioanálise.

Apesar de não ter sido o primeiro sociólogo a fazer uso do conceito de campo, Bourdieu foi sem dúvida quem mais o aplicou a estudos empíricos, definindo-o como “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nesses espaços [...]” (Bourdieu, 1990, p. 89). Essas ordens sociais são sempre situadas no interior do espaço social global e caracterizadas por sua autonomia relativa. São espaços de relações e de disputas entre posições, ocupadas por agentes e estruturados com base em uma distribuição de capitais específicos.

Os campos são compostos por agentes que possuem uma série de disposições que compõem seus *habitus*, sejam seus valores e princípios práticos que regem a moral com base na qual agem (*ethos*), pelas suas aptidões corporais (*hexis*) ou pelos seus modos de pensar e interpretar a realidade específica (*eidós*). Essas disposições são incorporadas ao longo de suas trajetórias, desde os processos de socialização mais básicos, que se dão na família e na escola, relacionando-se às origens sociais e aos diferentes espaços pelos quais transitaram. É com base nessas disposições que os agentes interpretam e atuam nos campos, desenvolvendo estratégias para reproduzi-los e transformá-los (Bourdieu, 1990).

O conceito de *habitus* busca superar o dualismo entre agência e estrutura, propondo que as estruturas sociais estão dentro dos agentes, incorporadas na sua cognição, e que elas não só restringem a ação, mas também a possibilita. Ele mantém uma relação dialética com o campo, o que implica assumir que se, por um lado, o campo gera efeitos com os quais os agentes devem se adaptar, por outro, os agentes é que o configuram.

As ideias de campo e *habitus* são estritamente articuladas com a de capital, outro conceito-chave para Bourdieu, que são recursos reconhecidos como válidos para as disputas no campo e que podem estar mais ou menos incorporados no *habitus* dos agentes. Eles são acumulados ao longo da trajetória dos agentes e têm a capacidade de produzir “lucros” para os

indivíduos ou grupos que os detêm, determinando suas chances de sucesso de suas práticas (Bourdieu, 1985). Também podem ser transmitidos como heranças entre diferentes gerações de agentes, possibilitando a reprodução dos grupos sociais e das estruturas dos campos.

Diferentemente da visão dos economistas e do próprio Marx, entretanto, o capital econômico é apenas um dos tipos de recursos que estruturam os campos e se inscrevem no *habitus*. Os capitais cultural, social e simbólico são outros tipos básicos de capitais identificados pelo autor (Bourdieu, 1985). As diferentes espécies de capitais são ativadas pelos agentes de forma combinada, sendo que suas posições dependem tanto do capital total quanto da distribuição dos recursos específicos. As conversões de capitais são partes das estratégias de reprodução dos agentes no campo, mas geram riscos de perdas (Bourdieu, 1985). Agentes com altas dotações de capital dominam o campo, possuindo maior poder sobre a definição das crenças e regras que organizam o espaço social e suas disputas (*doxa*) e tendendo a agir de forma a conservar seus privilégios (postura ortodoxa). Agentes com dotações menores são desafiantes e tendem a adotar estratégias de subversão da ordem estabelecida (heterodoxas).

O conceito de campo em Bourdieu implica necessariamente a existência de disputas. Para que elas ocorram, entretanto, os agentes dominantes e desafiantes precisam compartilhar pressuposições fundamentais, sobre o funcionamento do campo e “acreditar no jogo” e no valor daquilo que estão disputando (*illusio*). As disputas definem a legitimidade das diferentes definições do campo, o que faz com que suas fronteiras sejam fluidas.

A análise dos campos é um processo árduo e no qual o pesquisador deve manter postura permanentemente reflexiva e envolve pelo menos três momentos distintos (Bourdieu & Wacquant, 1992). Inicialmente, é preciso situar o campo em seu espaço social mais amplo, sobretudo em relação ao que o autor denomina de campo do poder, definido como um “metacampo” composto por agentes de vários campos, que disputam entre si a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital. Deve-se considerar ainda que os campos têm diferentes graus de autonomia, apresentando barreiras que os protegem de interferências externas.

Um segundo passo na análise é o mapeamento da estrutura objetiva das relações entre posições que competem pela forma legítima de autoridade no campo. Os capitais específicos que estruturam o espaço devem ser identificados e a extensão dos seus efeitos analisada. Para a análise da distribuição relativa dos capitais, Bourdieu propôs a utilização da técnica estatística da Análise de Correspondência Múltipla, vista como uma técnica particularmente

adequada por “pensar relacionalmente”. Por meio dela, é possível representar os efeitos globais da estrutura de capitais dos agentes, que não podem ser reduzidos à combinação dos múltiplos efeitos puros das variáveis independentes (Lebaron, 2009).

Um terceiro momento fundamental é a análise dos *habitus* dos agentes, o que é feito considerando suas posições no espaço e com base na análise de aspectos relevantes de suas trajetórias. O *habitus* não consiste em uma réplica de um único campo, mas fruto da influência dos diversos espaços de socialização recorrentemente vivenciados pelo indivíduo, podendo gerar a reprodução ou a transformação se estiver mais ou menos alinhado com suas estruturas (Wacquant, 2007).

As posições no campo e as disposições dos agentes estruturam as práticas e devem ser analisadas conjuntamente. Em campos estabilizados, com estruturas já bem estabelecidas, as posições ocupadas tendem a comandar o espaço de tomadas de posições. Caso contrário, há um desajustamento entre posições e disposições, que criam tendências de transformação (*hysteresis*).

Na concepção de Bourdieu, uma abordagem relacional demanda a mediação de ferramentas teóricas compostas por conceitos que não sejam substancialmente definidos, mas sim relacionalmente operados como um instrumento para compreender a realidade empírica (Vandenberghe, 1999; Emirbayer & Johnson, 2008). Para o autor, a teoria não é um “tipo de discurso profético e programático” por meio do qual acaba se impondo e simplificando a realidade, mas um programa de percepção e ação composto por constructos temporários que tomam forma para e pelo trabalho empírico (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 161). Por isso, seus conceitos não podem ser “coisificados”, sendo frouxamente definidos, e nem operados de forma independente, mas sempre em relação uns aos outros, propiciando uma leitura científica rigorosa, mas nunca rígida, dos processos e relações sociais.

3 Campos na análise organizacional

Como apresentam Machado-da-Silva et al. (2006), o conceito de campo foi apropriado de formas diferentes por vários autores da análise organizacional. Nesta seção, são focadas duas abordagens principais, consideradas particularmente influentes e suficientemente desenvolvidas: a visão dominante do institucionalismo sociológico, desenvolvida com base em DiMaggio & Powell (1983), e a recentemente formalizada por Fligstein & McAdam (2012). Busca-se avaliar como essas abordagens se alinham com as bases epistemológicas relacionais anteriormente discutidas e analisar em que medida as concepções relacionais de estrutura, de agência e de poder são integradas para a compreensão da ação. Toma-se como referência a

abordagem bourdieusiana, da qual o institucionalismo incorporou importantes *insights* e com a qual possui evidente afinidade (DiMaggio & Powell, 1991; Wang, 2016).

3.1 Campos no institucionalismo sociológico

Em seu trabalho seminal, DiMaggio & Powell (1983) discutiram como o campo molda as práticas organizacionais forçando-as a seguirem padrões de conduta consagrados, identificando três tipos de isomorfismos institucionais. O primeiro deles, denominado coercitivo, ocorre, por exemplo, quando certas práticas são impostas pelo Estado ou outros atores externos, como condições para a sobrevivência das organizações. No isomorfismo mimético, devido às incertezas, as organizações imitam outras, vistas como bem-sucedidas, ou aderem a modismos em voga. Condutas apropriadas, profissionalmente aceitas, também exercem influência sobre as práticas organizacionais, caracterizando o terceiro tipo de isomorfismo, denominado normativo.

Nesse artigo seminal, do novo institucionalismo na análise organizacional, o campo organizacional é definido como “[...] aquelas organizações que, no agregado, constituem uma arena reconhecível da vida institucional [...]” (DiMaggio & Powell, 1983, p. 148, tradução nossa). Trata-se de uma ordem social de nível meso, uma instância analítica indicada como chave para entender como as instituições influenciam a vida organizacional, já que possibilita a análise de uma instância entre o macroambiente abstrato e a organização, na qual as mudanças geralmente ocorrem (DiMaggio, 1988). Em passagem amplamente citada, os autores argumentam ainda que

[...] a virtude dessa unidade de análise é que direciona nossa atenção não apenas para as firmas concorrentes, como faz a abordagem populacional de Hanann e Freeman (1977), ou a redes de organizações que realmente interagem, como faz a abordagem da rede interorganizacional de LAUMANN; GALASKIEWICZ; MARSDEN (1978), mas para a totalidade de atores relevantes. Assim, a ideia de campo compreende tanto a ideia de conectividade (ver LAUMANN, GALASKIEWICZ; MARSDEN, 1978) quanto de equivalência estrutural (WHITE; BOORMAN; BREIGER, 1976) (DiMaggio & Powell, 1983, p. 148, tradução nossa).

Como Bourdieu, os autores apresentam a estrutura dos campos como dinâmicas, com suas fronteiras só podendo ser definidas pela pesquisa empírica. Indicam ainda que a estruturação ou institucionalização desses espaços ocorre em quatro estágios:

[...] um aumento na extensão das interações entre as organizações no campo; a emergência de estruturas interorganizacionais de dominação e de padrões de

coalizão bem definidos; um aumento na carga de informação com as quais as organizações no campo precisam lidar; e o desenvolvimento de percepção de pertencimento mútuo entre participantes em um conjunto de organizações (DIMAGGIO, 1983). (Dimaggio & Powell, 1983, p. 148, tradução nossa).

Nesse processo, poderosas forças passam a atuar no campo, restringindo a ação dos atores e fazendo com que eles se tornem muito parecidos entre si, realçando a homogeneidade. Enquanto na abordagem de Bourdieu as posições são os blocos de construção dos campos, sendo definidas de maneira relacional, no institucionalismo, os campos são compostos por organizações que formam uma comunidade reconhecível do ambiente e adotam padrões comuns de legitimação. É interessante notar que o campo organizacional está diretamente associado à extensão e aos padrões de interação direta entre os atores, o que define um padrão linear de causalidade (Wang, 2016) e faz com que muitos dos autores do institucionalismo façam uso de técnicas de análise de redes para analisar os campos. Na grande maioria das vezes, entretanto, o uso dessas técnicas é feito sem esclarecimento teórico adequado sobre os conceitos de redes e campos organizacionais e da relação entre eles (Powell et al. 2005; White et al., 2004; Candido et al., 2016).

O foco dos primeiros institucionalistas na compreensão da estabilidade influenciou o formato do arcabouço teórico-conceitual por eles proposto, marcado pela ausência de concepções claras de poder e agência. Isso fez com que a abordagem fosse alvo de críticas, que têm sido respondidas de pelo menos três formas principais.

Um primeiro grupo de autores vem buscando desenvolver uma noção de agência com base na ideia de empreendedorismo institucional. Proposto por DiMaggio (1988), esse conceito aponta que alguns atores, apesar das pressões institucionais, contribuem para a formação de novas instituições a fim de realizar seus interesses. Battilana et al. (2009) revisam as contribuições subsequentes mostrando que diversos autores desenvolveram essa ideia analisando as condições do campo que propiciavam a ação empreendedora e a medida que a posição e as características individuais dos atores no campo influenciam sua capacidade de agir. Destacam ainda que o processo de empreendedorismo institucional envolve a articulação de parcerias externas, de quadros discursivos que precisam dar conta de especificar e justificar as mudanças propostas de forma a legitimá-las e a mobilização de recursos tangíveis e intangíveis necessários para o desenvolvimento e sustentação de ações políticas. De forma semelhante, Lawrence et al. (2011), com base no conceito de *institutional work*, propõem trazer os indivíduos e agência de volta à teoria institucional e estabelecer pontes com os estudos críticos das organizações.

Outra abordagem importante é a que se baseia no conceito de lógicas institucionais, desenvolvido primeiramente por Friedland & Alford (1991) e revitalizado e revisado por Thornton et al. (2012). A ideia central aqui é que a existência e a integração de várias esferas institucionais diferenciadas e potencialmente contraditórias na sociedade possibilitam que os atores promovam transformações institucionais. Os autores propõem que a diversidade de instituições que organizam a vida social e a sua operação em múltiplos níveis é que são a saída para o paradoxo da agência-estrutura. Nessa visão, os atores ativam diversas lógicas em certos campos, o que faz com que as instituições não gerem apenas constrangimentos para as ações, mas também as possibilitem. Na visão desses autores, como na visão de outros institucionalistas, a ideia de campo refere-se a um nível de análise o que, como indica-se adiante, é um indicativo da aderência a uma visão substancial de teoria.

Essa perspectiva se relaciona e, em alguns casos, se sobrepõe a uma terceira forma emergente de abordar a agência nos estudos organizacionais: a que propõe o estabelecimento de pontes com a teoria dos movimentos sociais (Davis et al., 2008). Nesse caso, os processos de contestação e mobilização coletiva são considerados como precursores das mudanças institucionais, tratando mais sistematicamente as relações entre a ação, organização coletiva e os contextos institucionais. Alguns autores tratam movimentos como forças contra as instituições, que operam de fora do campo para propor novas visões e contestar os arranjos existentes. Outros os compreendem como forças institucionais ou infraestruturas para processos que surgem com base na exploração de contradições decorrentes das múltiplas lógicas operando nos campos (Schneiberg & Lounsbury, 2008).

A última abordagem apresentada, desenvolvida por Fligstein & McAdam (2012), segue essa via para sistematizar uma abordagem focada na explicação da emergência e transformação dos campos. Nela, a ideia de campo é concebida e utilizada de forma bastante distinta das abordagens neoinstitucionalistas.

3.2 Campos de ação estratégica

Esta abordagem foi recentemente formalizada, após ter sido utilizada em diversos estudos empíricos por Neil Fligstein e Doug McAdam, que definem Campos de Ação Estratégica como “[...] arenas socialmente construídas nas quais atores com variados aportes de recursos buscam vantagens [...]” (Fligstein & McAdam, 2012, p. 10, tradução nossa). Os autores propõem que há três aspectos fundamentais nos campos que são socialmente construídos: (i) o sentido de pertencimento, mais baseado em aspectos subjetivos do que em critérios objetivos; (ii) as fronteiras do campo, que mudam de acordo com a definição da situação e

das questões em disputa; (iii) e os entendimentos que dão base para a operação do campo, incluindo o entendimento compartilhado do que está em jogo no campo, de quem são os atores incumbentes e desafiantes, de quais são as regras do campo e de como os atores em cada posição devem agir.

O conceito de habilidades sociais (Fligstein, 2001), baseado no interacionismo simbólico, é chave na fundamentação de sua abordagem. Revisando a literatura histórica e arqueológica e ligando-as com as concepções sociológicas de autores clássicos como Weber, Durkheim e Mead, propõem que o fundamento da sociabilidade humana está relacionado à atividade simbólica colaborativa associada ao advento da linguagem, da cultura e pela construção de identidades e significados compartilhados (Fligstein & Mcadam, 2012). Essa habilidade é que possibilita a cooperação entre os atores, conforme a definição do conceito apresentada a seguir.

A habilidade social pode ser definida como a capacidade de induzir a cooperação nos outros. Atores sociais hábeis se relacionam empaticamente com as situações das outras pessoas e, ao fazê-lo, são capazes de fornecer a essas pessoas razões para cooperar (MEAD, 1934; GOFFMAN, 1959, 1974). Atores sociais hábeis devem compreender a percepção dos conjuntos de atores de seu grupo em relação às suas múltiplas concepções de interesse e identidade, bem como a percepção dos atores dos grupos externos. Eles utilizam essa compreensão em situações específicas para proporcionar uma interpretação da situação e determinar ações que estejam de acordo com os interesses e as identidades existentes (Fligstein, 2001, p. 112).

Essas habilidades são distribuídas de forma mais ou menos homogênea entre os atores do campo e funcionam como um tipo específico de recurso, que pode ou não ser potencializado pelo aporte de outros capitais, e que é distribuído de forma mais ou menos aleatória entre os integrantes dos campos. Atores socialmente hábeis atuam nos campos e possuem uma ampla capacidade de mobilização e construção de coalizões por produzirem leituras compartilhadas sobre as situações, potencializando a ação coletiva (Fligstein & Mcadam, 2012).

Os autores propõem ainda macroconsiderações sobre como compreender o enraizamento dos campos no espaço social mais amplo e a interconexão entre campos. Ganha destaque um conjunto de campos burocratizados de fundamental importância na sociedade moderna, que estão reunidos no que chamamos de Estado. Esse conjunto de campos que define ou ratifica as regras do convívio público e as impõem em certo território, inclusive por meio da violência física, tem, nessa visão, um papel fundamental na emergência, estabilização e transformação de outros campos.

Não obstante, é a teorização da dinâmica da estabilidade e da mudança nos campos que é central na abordagem dos CAE. Propõe-se que a análise dos campos envolve a identificação do estado em que eles se encontram, descrevendo três estados ideais: os campos emergentes, estáveis, e em crise.

Campos emergentes são espaços pouco institucionalizados em que os significados, identidades e formas de organização são fluidos, encontrando-se em disputa. Lançando mão de conceitos da teoria dos movimentos sociais, os autores propõem que esses espaços sociais surgem por meio de processos de mobilização nos quais os atores desenvolvem novas linhas de ação, traçando seus primeiros contornos. Esse processo é muitas vezes desencadeado por choques exógenos de campos vizinhos, que alteram as percepções de oportunidades e desafios dos envolvidos. Evidentemente, atores com maiores aportes de recursos têm maior influência e tendem a enviesar as estruturas do campo, sendo que, quanto maior a desigualdade da distribuição dos recursos no momento da formação, maior a tendência de os campos serem organizados de forma hierárquica. Esse momento é propício à ação socialmente hábil, que promove a superação da situação de desorganização inicial, contribuindo para a construção dos sentidos do campo. A emergência dos CAE conta também com algum nível de facilitação de campos Estatais e é comum que resulte na constituição de Unidades Internas de Governança.

Um segundo estado destacado é o de estabilidade. Aqui, os arranjos estabelecidos se institucionalizam e passam a ser tomados como dados pelos atores. Isso não significa que os desafiantes concordem com a lógica dos campos, mas eles geralmente adotam uma postura cautelosa, aderindo, mesmo que parcialmente, às instituições. Apesar de os campos serem sistematicamente reproduzidos, eles não são estáticos e se caracterizam por uma dinâmica constante de mudanças incrementais. A forte inércia desse estado restringe a atuação dos atores socialmente hábeis, sobretudo os dos grupos desafiantes.

Os campos não estão fadados a se reproduzir ou sofrer apenas mudanças incrementais, havendo um terceiro estado descrito pelos autores: o de crise. A maioria das crises nos CAE é decorrente de choques exógenos que geram momentos de contenção e podem ou não conduzir a rupturas com as estruturas preexistentes. Há ainda casos em que pequenas e constantes disputas internas acabam conduzindo a mobilizações súbitas visando alterações no equilíbrio das forças. As transformações resultantes dependem, em grande medida, das habilidades sociais de atores de grupos com maiores ou menores aportes de recursos, que tendem a tomar como referência o estado anterior do campo para definir seu futuro. Em geral, os incumbentes adotam postura conservadora, buscando

preservar seus privilégios. Os desafiantes, por sua vez, agem conforme uma visão compartilhada de como o campo pode vir a ser organizado. Incumbentes e desafiantes podem ainda construir alianças com atores externos de campos próximos Estatais e não Estatais.

A seguir, as abordagens apresentadas são comparadas e discutidas.

4 Análise do alinhamento das abordagens organizacionais com as propostas relacionais

Com base na discussão sobre as características fundamentais das epistemologias relacionais e suas implicações para a forma de se pensar os conceitos teóricos e na apresentação das abordagens enfocadas, é possível realizar uma discussão acerca da medida em que as abordagens dos estudos organizacionais aproximam-se a essa visão. Isso será feito tomando como parâmetro de comparação a abordagem de Bourdieu. No Quadro 1, são sintetizadas as principais características das abordagens sociológicas apresentadas e discutidas. São considerados aspectos-chave das concepções analisadas, incluindo o nível de análise a que os conceitos se aplicam, o modo como o escopo do campo é definido, como é vista a relação do campo com seu exterior e como esse conceito se articula com as concepções de poder e agência.

Um primeiro ponto fundamental, e com base no qual as abordagens podem ser comparadas, refere-se aos níveis de análise a que os conceitos de campo se aplicam nas diferentes abordagens. Na abordagem de Bourdieu, o campo é um conceito abstrato com base no qual os pesquisadores podem construir o seu objeto de pesquisa. Ele pode ser utilizado para análises sociológicas em diferentes níveis, podendo focar desde estruturas de poder (Hjellbrekke et al., 2007) e de classe (Bourdieu, 2007) de países inteiros até estruturas de empresas específicas (Bourdieu, 2001a). Esses espaços não são considerados como partes de um todo com uma dinâmica comum. Cada campo ou subcampo “[...] é regido por suas próprias lógicas, regras, sendo que cada estágio da divisão do campo envolve mudanças qualitativas [...]” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 103).

A abordagem dos Campos de Ação Estratégica adota um posicionamento similar ao bourdiesiano. Apesar de seu foco na mesoanálise, Fligstein & McAdam (2012) reconhecem que o conceito de campo pode ser aplicado em múltiplos níveis. Assim, o departamento de uma organização, uma organização como um todo ou o setor em que ela está inserida poderiam ser compreendidos como um campo da ação estratégica. Os autores enfatizam ainda que o conceito também pode ser usado para analisar a conexão dessas diferentes instâncias.

Já no institucionalismo sociológico, os campos organizacionais são uma unidade de análise interorganizacional. O conceito, nesse caso, apreende a especificidade do objeto de estudo, servindo como uma representação do que é denominado em outras abordagens como ambiente organizacional. Trata-se de uma unidade de análise entre a organização e estruturas sociais mais amplas e não de um conceito mais abstrato e que pode ser aplicado em diferentes níveis. Ainda que certos autores e abordagens mais recentes do institucionalismo tendam a conceber o campo de forma distinta da proposta por DiMaggio & Powell (1983), eles os seguem nesse aspecto. Na abordagem das lógicas institucionais (Thornton et al., 2012), por exemplo, considera-se a existência de quatro níveis de análise: o indivíduo, a organização, o campo e o societário. Seguindo Stinchcombe (1991), os autores consideram ainda que a construção de teoria demanda que pesquisadores identifiquem os mecanismos que conectam esses diferentes níveis (Thornton et al., 2012, p. 13). Essa busca torna evidente a formatação substancial de seus conceitos teóricos e está relacionado com uma concepção distinta de causalidade. Enquanto Bourdieu parte de uma concepção circular de causalidade, enfatizando a interdependência de séries causais, os neoinstitucionalistas veem a causalidade em termos lineares (Wang, 2016).

Quanto à visão do contexto em que o campo se insere, ou seja, como as abordagens enxergam a relação com campo com seu “ambiente”, verificamos que as abordagens de Bourdieu e dos CAE também são convergentes e diferentes da visão institucionalista. Nas primeiras, a sociedade é compreendida como diversas esferas de ação relativamente autônomas e um campo específico está sempre inserido em um espaço social mais amplo, composto por um conjunto de outros campos. Um dos primeiros passos da análise é, portanto, identificar outros espaços que possuem força suficiente para exercer influência sobre a esfera que é o foco da análise. Nesse sentido é que Bourdieu propõe que o primeiro passo da análise de um campo é situá-lo em relação ao “campo do poder”, que pode ser compreendido como um campo específico que se forma entre partes de dois ou mais campos que disputam entre si e definindo o que chama de “taxas de conversão” entre os capitais que caracterizam cada espaço (Bourdieu & Wacquant, 1992). Em ambas as abordagens, um campo pode ser mais ou menos autônomo em relação ao espaço social, estando mais ou menos submetido a interferências externas que são fontes potenciais de transformação, os “choques exógenos” da abordagem dos CAE. Os campos podem ainda estar dentro de outros campos, como “bonecas russas” (Fligstein & McAdam, 2012).

Já na abordagem preconizada por DiMaggio & Powell (1983), o campo organizacional é visto como um *locus* de institucionalização autônomo, o que é

Quadro 1. Síntese comparativa das abordagens.

ASPECTOS-CHAVE	SOCIOLOGIA DE BOURDIEU	INSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO	CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA
Formato dos conceitos científicos	- Relacionais	- Substanciais	- Relacionais, apesar da ocorrência de ambiguidades
Níveis de análise a que o conceito de campo se aplica	- Múltiplos - Estrutura não categórica de níveis de análise	- Mesoanálise - Campo como nível entre macro (estrutura social) e micro (organização)	- Múltiplos, apesar do foco na mesoanálise
Definição do escopo do campo	- Estreito, definido com base na análise dos capitais valorizados	- Amplo, incluindo todos os atores relevantes para análise	- Estreito, definido pelas identidades, significados e pelo valor atribuído aos recursos
Relação do campo espaço externo	- Campo inserido no espaço social - Análise deve sempre situar o campo em relação ao “campo do poder” - Campo pode ser mais ou menos autônomo - Homologias entre campos	- Geralmente não é abordado devido à forma ampla como o escopo é definido - Mais recentemente, diferentes lógicas institucionais influenciando o campo	- Campos enraizados e associados em outros campos - Análise deve situar o campo em relação aos campos próximos - Dependência de recursos entre campos - Fontes de transformação, choques exógenos
Componentes do campo	- Indivíduos ou organizações - Organizações como campos	- Organizações relevantes (“campo organizacional”)	- Organizações ou indivíduos - Organizações como campos
Relação com concepção de poder	- Distribuição do poder define a estrutura do campo - Agentes contam com diferentes capitais, mais (capitais econômicos, cultural e social) ou menos objetivos (capital simbólico) - Capitais de origem e de chegada - Domínio do campo em disputa com base nos aportes de capitais (dominantes × desafiantes)	- Não há concepção clara de poder ou ela não se relaciona diretamente à estrutura do campo - Alguns autores associam o poder à centralidade na rede	- Poder define estrutura - Atores contam com diferentes aportes de recursos - Ênfase nos aspectos simbólicos do poder - Domínio do campo em disputa com base nos aportes de capitais (incumbentes × desafiantes)
Relação com concepção de ação	- Foco na ação individual - <i>Habitus</i> como forma de historicizar agentes - Estratégias - Agentes	- Campo organizacional pouco articulado com concepções de ação - Empreendedorismo e trabalho institucional - Lógicas Institucionais - Movimentos Sociais - Atores	- Foco na ação coletiva - Identidade compartilhada como forma de historicizar agentes coletivos (função existencial do social) - Habilidades Sociais - Movimentos sociais - Atores

Fonte: Elaboração própria.

uma decorrência do modo como ele é concebido. Propõe-se que eles são constituídos por todos os atores identificados como relevantes para a análise, ou seja, tudo o que interessa para a análise deve ser visto como parte do campo organizacional. Evidentemente, então, o que não faz parte do campo não é levado em conta na análise. A abordagem das lógicas institucionais

(Thornton et al., 2012) rompe com essa visão do campo como espaço autônomo ao considerar que os campos estão inseridos em sociedades que são sistemas interinstitucionais, com múltiplas formas de racionalidade legítimas que podem ser utilizadas por atores dos campos. Entretanto, os autores dessa abordagem não reconhecem que os sistemas sociais

também podem ser vistos e analisados como conjuntos de campos interconectados.

Na abordagem de Bourdieu e na dos CAE, que a segue nesse ponto, a fronteira dos campos é definida com base nos capitais/recursos reconhecidos como válidos, que moldam as identidades e os significados no campo. Assim, seu escopo é mais “estrito”, como indicam Fligstein & McAdam (2012, p. 167-168, tradução nossa):

[...] para nós, os grupos que pertencem ao campo rotineiramente levam uns aos outros em consideração nas suas ações. Isso exclui um conjunto de outros grupos que podem ser muito importantes para o funcionamento cotidiano do campo de ação estratégica. Considere o caso dos mercados de produtos. Produtores em um mercado frequentemente orientam suas ações para seus competidores (FLIGSTEIN, 1996, 2001; WHITE, 2004). Produtores são obviamente dependentes dos seus fornecedores para ter sucesso, mas os fornecedores geralmente não tomam tanto a atenção dos produtores. Os fornecedores compõem um campo deles mesmos [...].

Reconhecer que o campo mantém relações com outros espaços é diferente de defini-lo com base na função que desempenha em relação ao ambiente, como se faz na análise sistêmica de origem funcionalista. Os ocupantes de diferentes posições no campo têm diferentes concepções sobre ele e, por conta disso, quando a distribuição do poder muda, as próprias fronteiras do campo podem se transformar. Esse espaço de relações de forças até pode, em um momento de estabilidade, ser orientado a uma função comum, entretanto, não se deve perder de vista que essa função é socialmente construída (Bourdieu & Wacquant, 1992).

O arcabouço teórico institucionalista da sociologia organizacional tem sido criticado por não incluir concepções claras de agência e de poder (e.g.: Misoczky, 2003). Buscando responder a essas críticas, o principal foco dos autores desse campo tem sido a compreensão da mudança institucional, ampliando-se a atenção dada aos conflitos na definição das instituições.

Apesar de diversos estudos empíricos altamente relevantes terem sido produzidos pelos neoinstitucionalistas, verifica-se que os avanços não têm sido traduzidos em conceitos que facilitem uma leitura mais flexível e relacional da realidade. Um dos principais problemas é justamente a forma rígida como as próprias esferas de ação (os campos organizacionais) são concebidas. Isso fica claro ao analisar os limitados avanços gerados pelo uso do conceito de empreendedorismo institucional (Battilana et al., 2009). Como notam Fligstein & McAdam (2012, p. 28), sem levar em conta que muitas das transformações dos campos devem-se às relações entre campos, que geram choques exógenos, o conceito de empreendedorismo institucional acaba conduzindo a uma teoria do “super-homem”. Enquanto a perspectiva das lógicas

institucionais promove avanços na compreensão da ação, os autores dessa vertente continuam adotando a concepção de campo organizacional como nível reificado de análise e suas ferramentas teóricas permanecem pouco articuladas, tendendo a enfatizar a substância dos fenômenos.

O aparato sociológico neoinstitucionalista também carece de uma concepção relacional de poder, marginalizando as forças que atuam no campo como variáveis explicativas. Uma consequência é que os campos, ao invés de serem vistos como relações entre posições, passam a ser vistos como relações entre organizações, ganhando concretude e se tornando mais parecidos com redes (Wang, 2016). Ainda que autores mais recentes reconheçam que os campos são espaços de disputa, tende-se a utilizar uma concepção de poder interacional (Emerson, 1962), similar à adotada na dependência de recursos (Pfeffer & Salancik, 2003) e na análise de redes sociais. A adoção dessa visão é baseada na visão de que a mensuração do poder é problemática e potencialmente tautológica (Emerson, 1962), o que está associado a uma dificuldade de reconhecimento da existência de estruturas sociais e alinha a concepção de poder com imperativos instrumentais e funcionais (Lounsbury & Ventresca, 2003). Assim, as relações de poder são reduzidas às relações de dependência decorrentes da estrutura de interação direta entre os agentes. Não há um conceito de poder mediador, capaz de capturar as múltiplas formas de poder que operam na sociedade e com base no qual a posição dos atores no campo pode ser construída. Reconhece-se apenas uma das diversas formas de recursos que podem influenciar a construção das posições no campo, associada ao que Bourdieu denomina de capital social, em uma visão parcial de como a distribuição dos recursos influencia a dinâmica do campo e envia suas instituições (Candido et al., 2016).

Nas abordagens desenvolvidas por Bourdieu e Fligstein e McAdam, a concepção de campo é necessariamente e sistematicamente articulada com concepções de agência e de poder na prática de pesquisa, o que possibilita a superação do dilema entre agência e estrutura. Apesar desse aspecto comum, as abordagens embutem modos diferentes de compreender a agência/ação. Fligstein e McAdam partem da necessidade de adaptar a abordagem de Bourdieu para a compreensão da ação coletiva, propondo a substituição da noção de *habitus* pela de habilidades sociais. Para os autores, a abordagem bourdiesiana foi concebida para a compreensão de campos formados por indivíduos e enfatiza demais a disputa, subestimando a importância da cooperação, como expõe o trecho abaixo:

[...] os atores na teoria de Bourdieu são geralmente só responsáveis por eles mesmos e motivados pelo desejo de avançar em seus interesses dadas as restrições da situação na qual eles se encontram.

Entretanto, algumas vezes os campos se tornam mais centrados na ação coordenada, que requer que os atores não simplesmente foquem nas suas posições do campo, mas que busquem cooperar com outros, o que requer que se coloquem no lugar dos outros e moldem linhas de ação que apelem aos outros no campo. Vemos essas dinâmicas coletivas como complementares à ação geralmente individual, que foi o foco da preocupação de Bourdieu. (Fligstein & McAdam, 2012, p. 25, tradução nossa).

A noção de *habitus* está intimamente ligada à trajetória dos agentes e dos espaços em que eles foram socializados, definindo os limites e possibilidades da ação individual. Aqui, busca-se superar o paradoxo agência-estrutura propondo existência de relação dialética entre campo e *habitus*. Já Fligstein e McAdam, baseados no interacionismo simbólico, apostam no foco na ação coletiva, o que, de certa forma, justifica o fato de eles não incluírem em seu referencial uma forma de historicizar os indivíduos, como faz Bourdieu.

Tanto a abordagem de Bourdieu quanto a dos CAE dão base para compreensão dos campos como espaços de relações entre posições. Fligstein & McAdam (2012) distinguem apenas os recursos materiais dos simbólicos e assumem que as formas de poder são variadas e específicas de cada campo, não investindo no seu detalhamento e sistematização. Os autores enfatizam a interpretação compartilhada pelos próprios atores do campo acerca das assimetrias de domínio dos recursos e na definição dos incumbentes e dos desafiantes do campo, deixando de lado uma análise mais formalizada da distribuição objetiva dos recursos, o que indica a maior influência de aspectos interacionais em sua abordagem.

Já Bourdieu propõe a existência de fontes de poder básicas e mensuráveis nas sociedades modernas (capitais simbólico, cultural, econômico, social), associadas às estruturas de classe, que adquirem especificidade em campos específicos. Essas formas de capitais são definidas relacionalmente, o que faz com que Bourdieu negue que seus efeitos sejam irreduzíveis a múltiplos efeitos puros de variáveis independentes e advogue pelo uso da técnica estatística da análise de correspondência múltipla ao invés das técnicas de regressão (Lebaron, 2009). É mapeando a distribuição dos capitais que Bourdieu esboça a estrutura dos campos, no momento objetivante de sua abordagem, no qual propõe uma análise rigorosa e formal do poder, que precisa ser reintegrada por intermédio do *habitus* na análise das práticas e das situações particulares.

Enfim, é necessário considerar que Bourdieu é adepto da sociologia crítica, propondo que suas análises desvendem e denunciem as formas de dominação, enquanto Fligstein e McAdam possuem um posicionamento pragmático, que implica uma

visão menos negativa sobre o exercício do poder. De forma similar aos autores da sociologia pragmática da crítica francesa (Boltanski & Thévenot, 2006; Boltanski, 2011), os autores estadunidenses sugerem que os desafiantes, apesar de prejudicados pela ordem dominante, em alguma medida se beneficiam da estabilidade e do refúgio existencial que ela gera, e dão maior ênfase na situação e na experiência dos atores do que nas estruturas objetivas. Ao fazê-lo, propõem que as experiências dos atores sejam “levadas a sério”, rejeitando a visão da sociologia crítica de que as estruturas distorcem sua realidade e sua capacidade de julgamento e reflexão, o que Bourdieu chama de dominação simbólica.

A incorporação de uma concepção de agência que supere o dilema da ação e estrutura é reconhecida como um dos maiores desafios do neoinstitucionalismo sociológico na análise das organizações desde o seu surgimento (Dimaggio & Powell, 1991). Entretanto, a própria configuração dos conceitos teóricos institucionalistas foi concebida para a compreensão da estabilidade, mantendo as vertentes mais recentes presas aos seus fundamentos. Incorporar de forma mais decisiva os fundamentos das abordagens relacionais na constituição de suas ferramentas teóricas é um passo fundamental para que essa importante vertente contemporânea dos estudos organizacionais possa avançar.

5 Considerações finais

As origens da noção de campo nas ciências sociais estão associadas a uma concepção teórica relacional que possibilita que a teoria sirva como uma ferramenta para a análise dos processos, sem gerar um discurso rígido e uma postura passiva do analista. Para tanto, o conceito de campo, que corresponde a uma forma relacional de conceber as estruturas, precisa operar de forma articulada com concepções da ação e de poder, compondo referencial teórico no qual os conceitos só podem ser compreendidos em relação uns aos outros. É a operação articulada desses conceitos genéticos que possibilita a análise empírica rigorosa dos diversos fenômenos organizacionais.

Ressaltando-se esses aspectos centrais da gênese do conceito, foi possível evidenciar que a forma como ele foi apropriado no institucionalismo sociológico na análise organizacional está fortemente associada com limitações indicadas dessa abordagem. Apesar do compromisso dos autores com a análise relacional em seus estudos empíricos, suas ferramentas teóricas tendem a assumir formas estáticas, substanciais. Destacou-se que a noção de “campo organizacional” do neoinstitucionalismo é particularmente problemática, já que é usada como uma instância analítica fixa, que acaba induzindo à compreensão da substância dos fenômenos organizacionais. O desenvolvimento da sociologia relacional na análise organizacional depende da compreensão do conceito de campo como

uma ferramenta mais geral, que ajude a integrar as múltiplas esferas de ação que são objeto de seus estudos. Enxergando os conceitos dessa forma, revela-se o enorme potencial de se analisar as próprias organizações como campos.

A adoção de uma concepção relacional pode ajudar a organizar os estudos organizacionais em torno de uma agenda comum, promovendo a integração de diferentes correntes de pensamento e níveis de análise. Nas pesquisas sobre a dinâmica interna das organizações, aponta-se um potencial de integrar correntes que se debruçam sobre o estudo da cultura, do poder, dos conflitos e da estratégia organizacional. Essa compreensão interna pode ainda ser conectada à compreensão da dinâmica externa, integrando correntes que enxergam a realidade organizacional como socialmente construída, como o institucionalismo, a ecologia organizacional, a abordagem da dependência de recursos, a teoria dos movimentos sociais, a análise de redes sociais e vertentes da sociologia econômica. Uma forma de desenvolver essas potencialidades é a manutenção do rigor no formato relacional da teoria, possibilitado pelo foco na compreensão das práticas e evitando-se a teorização escolástica e substancialista, como Bourdieu tanto alertou.

Referências

- Battilana, J., Leca, B., & Boxenbaum, E. (2009). How actors change institutions. *Towards a Theory of Institutional Entrepreneurship*, 3(1), 65-107.
- Boltanski, L. (2011). *On critique: a sociology of emancipation*. Malden: Polity Press.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2006). *On justification: economies of worth*. Princeton: Princeton University Press.
- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In J. G. Richardson (Org.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 46-58). Nova Iorque: Greenwood.
- Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2001a). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bourdieu, P. (2001b). *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. C., & Passeron, J. C. (1999). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Candido, S. E. A., Sacomano, M. S., No. & Côrtes, M. R. (2016). Campos e redes na análise das organizações: explorando distinções teóricas e complementaridades metodológicas. *Gestão & Sociedade*, 9(24), 1057-1072. <http://dx.doi.org/10.21171/ges.v9i24.2044>.
- Cassirer, E. (2001). *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cassirer, E. (2004). *Substance and function: and, einstein theory of relativity*. Mineola: Dover.
- Davis, G. F., Morrill, C., Rao, H., & Soule, S. A. (2008). Social movements in organizations and markets. *Administrative Quarterly Science*, 53(3), 389-394. <http://dx.doi.org/10.2189/asqu.53.3.389>.
- Dimaggio, P. (1983). State expansion and organizational fields. In R. H. Hall & R. E. Quinn (Eds.), *Organization theory and public policy* (pp. 147-161). Beverly Hills: Sage.
- Dimaggio, P. (1988). Interest and agency in institutional theory. In L. Zucker (Ed.), *Institutional patterns and organizations: culture and environment* (pp. 3-22). Cambridge: Ballinger.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160. <http://dx.doi.org/10.2307/2095101>.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1991). Introduction. In W. W. Powell & P. J. Dimaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 1-40). Chicago: University of Chicago Press.
- Emerson, R. M. (1962). Power-dependence relations. *American Sociological Review*, 27(1), 31-41. <http://dx.doi.org/10.2307/2089716>.
- Emirbayer, M. (1997). Manifesto for relational sociology. *American Journal of Sociology*, 103(2), 281-317. <http://dx.doi.org/10.1086/231209>.
- Emirbayer, M., & Johnson, V. (2008). Bourdieu and organizational analysis. *Theory and Society*, 37(1), 1-44. <http://dx.doi.org/10.1007/s11186-007-9052-y>.
- Fligstein, N. (2001). Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, 19(2), 105-125.
- Fligstein, N., & Mcadam, D. (2012). *A theory of fields*. New York: Oxford University Press.
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: symbols, practices and institutional contradictions. In W. W. Powell & P. J. Dimaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 232-263). Chicago: University of Chicago Press.
- Hjellbrekke, J., Le Roux, B., Korsnes, O., Lebaron, F., Rosenlund, L., & Rouanet, H. (2007). The Norwegian field of power anno 2000. *European Societies*, 9(2), 245-273. <http://dx.doi.org/10.1080/14616690601002749>.
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e metodologia dos programas de investigação*. Portugal: Edições.

- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: refocusing institutional studies of organization. *Journal of Management Inquiry*, v. 20, n. 1, p. 52-58. <jrn>
- Lebaron, F. (2009). How bourdieu quantified bourdieu: the geometric modelling data. In K. Robson & C. Sanders (Eds.), *Quantifying theory: Pierre Bourdieu* (pp. 11-29). Berlin: Springer.
- Lewin, K. (1939). Field theory and experiment in social psychology: concepts and methods. *American Journal of Sociology*, v. 44, n. 6, p. 868-896.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.
- Lounsbury, M., & Ventresca, M. (2003). The new structuralism in organizational theory. *Organization*, 10(3), 457-480. <http://dx.doi.org/10.1177/13505084030103007>.
- Machado-da-Silva, C. L., Guarido, E. R., Fo., & Rossoni, L. (2006). Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva da estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, 159-196. Edição Especial.
- Martin, J. L. (2003). What is field theory? *American Journal of Sociology*, 109(1), 1-49.
- Misoczky, M. C. A. (2003). Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 9-30. Edição Especial.
- Pfeffer, J., & Salancik, G. R. (2003). *The external control of organizations: a resource dependence perspective*. Redwood City: Stanford University Press.
- Powell, W. W., White, D. R., Koput, K. W., & Owen-Smith, J. (2005). Network dynamics and field evolution: the growth of interorganizational collaboration in the life sciences. *American Journal of Sociology*, 110(4), 1132-1205. <http://dx.doi.org/10.1086/421508>.
- Rummel, R. J. (1975). *Understanding conflict and war* (Vol. 1, The Dynamic Psychological Field). New York: John Wiley.
- Schneiberg, M., & Lounsbury, M. (2008). Social movements and institutional analysis. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin & R. Suddaby (Eds.), *Sage handbook of organizational analysis* (pp. 650-672). Sage: Thousand Oaks.
- Stinchcombe, A. L. (1991). The conditions of fruitfulness of theorizing about mechanisms in social science. *Philosophy of the Social Sciences*, 21(3), 367-388. <http://dx.doi.org/10.1177/004839319102100305>.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logic perspective: a new approach to culture, structure and process*. Oxford: Oxford University Press.
- Vandenberghe, F. (1999). The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological Theory*, 17(1), 32-67. <http://dx.doi.org/10.1111/0735-2751.00064>.
- Vandenberghe, F. (2001). From structuralism to culturalism: Ernst Cassirer's philosophy of symbolic forms. *European Journal of Social Theory*, 4(4), 479-497. <http://dx.doi.org/10.1177/13684310122225271>.
- Wacquant, L. (2007). Notas para esclarecer a noção de Habitus. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 6(16), 6-17.
- Wang, Y. (2016). Homology and isomorphism: Bourdieu in conversation with new Institutionalism. *The British Journal of Sociology*, 67(2), 348-370. PMID:27218878. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-4446.12197>.
- White, D. R., Owen-Smith, J., Moody, J., & Powell, W. W. (2004). Networks, fields and organizations: micro-dynamics, scale and cohesive embeddings. *Computational & Mathematical Organization Theory*, 10(1), 95-117. <http://dx.doi.org/10.1023/B:CMOT.0000032581.34436.7b>.
- White, H. C., Boorman, S. A., & Breiger, R. L. (1976). Social structure form multiple networks: blockmodels of roles and positions. *American Journal of Sociology*, 81(4), 730-780. <http://dx.doi.org/10.1086/226141>.